



MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO

Prefeitura Municipal de Nova Friburgo

Nova Friburgo - RJ

Processo Nº: 2281/23

Rubrica: @ Fls. 02

Relatório de Histórico de Andamento de Atividades

PROTOCOLO

Identificador: 5186bd03-a0a1-4aeb-9c1f-7e74e5620899  
Protocolo: Processo Requerimento Nº 002281/2024  
Data: 30/01/2024 15:10:53  
Origem: MULLER INDUSTRIA DE MAQUINAS DE CONSTRUCAO LTDA  
\*\*\* contatos indisponíveis \*\*\*  
Contato: MULLER INDUSTRIA DE MAQUINAS DE CONSTRUCAO LTDA  
\*\*\* contatos indisponíveis \*\*\*  
Protocolador: MATEUS DE CASTRO  
Assunto: IMPUGNAÇÃO - LICITAÇÃO  
Detalhamento: IMPUGNAÇÃO

HISTÓRICO DAS ATIVIDADES

por ordem das atividades mais recentes

[versão completa](#)

Nº	Origem	Destino	Movimentação	Situação
1	Prefeitura Municipal de Nova Friburgo MATEUS DE CASTRO 30/01/2024 15:11:06	APOIO A COMISSAO DE PREGAO	Segue protocolo para as devidas providências.	Enviada



NOSSA FORÇA NA SUA OBRA

Processo Nº:	2287/24
Rubrica	e
Fls:	03

Comissão de licitações

Nova Fraiburgo – Estado do Rio de Janeiro

**REFERÊNCIA: Edital de Pregão nº 90009/2024**

**MÜLLER INDÚSTRIA DE MÁQUINAS DE CONSTRUÇÃO LTDA.,** estabelecida na Rodovia RS 118, km 22, nº 5195, Bairro Bom Sucesso, na cidade de Gravataí – RS, CEP 94.130-390, inscrita no CNPJ nº 11.938.604/0001-08, na qualidade de licitante do Pregão eletrônico acima mencionado vem respeitosamente, tempestivamente, com fulcro na nova Lei de Licitações 14.133/21, com aplicação subsidiária, da Lei Complementar nº 123/06, juntamente da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73. 22 e dos regramentos contidos no edital supra, apresentar **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL 90009/2024** em face das exigências contidas no instrumento convocatório, requerendo assim as modificações necessárias.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Nova Fraiburgo – RJ, 29 de Janeiro de 2024.

**MÜLLER INDÚSTRIA DE MÁQUINAS DE CONSTRUÇÃO**

**CNPJ nº 11.938.604/0001-08**

**IMPUGNAÇÃO ao Edital de Pregão Eletrônico nº 90009/2024**



NOSSA FORÇA NA SUA OBRA

Processo Nº:	2281/24
Rubrica	C Fls: 04

## 1. DAS RAZÕES DE IMPUGNAÇÃO

Com a devida *vênia*, a impugnante não concorda com as exigências contidas no edital em relação ao equipamento descrito no item **2.1** do **ANEXO I**:

**RETROESCAVADEIRA Zero Km**, zero hora, (ano de fabricação e modelo, no mínimo, correspondentes à data de emissão da nota fiscal); com motor a diesel **do mesmo fabricante**, mínimo 4 cilindros, 4 tempos, injeção direta e turbo alimentado, potência bruta mínima 85 CV (62,51 KW), refrigeração forçada à água; certificação mínima conforme Resolução Proconve no 433 – MAR-I (Máquinas Agrícolas e Rodoviárias – I); tração 4X4, transmissão Power shutle, Power shit ou equivalente; mínimo 4 velocidades sincronizadas à frente e 2 à ré, inversor de sentido, sistema de bloqueio do diferencial ativável durante a operação, acionamento simultâneo da carregadeira e da retroescavadeira, sistema de freio multidisco banhado a óleo, acionamento do freio de forma hidráulica peso operacional mínimo de 6.000 kg e máximo de 8.200 kg, cabine com ar-condicionado e estrutura de proteção contra capotagem (ROPS), e contra queda de objetos (FOPS), e grande visibilidade em todas as direções, equipada com espelhos retrovisores internos e externos, para-brisa com limpador e sistema de esguicho para limpeza, caçamba dianteira com faca capacidade coroad: 0,80 m³, sistema elétrico mínimo 12v, faróis de serviço dianteiros e traseiros, luzes indicadoras de direção e freio, alarme de marcha à ré e demais itens de segurança obrigatórios. Equipado com sinalizador led (giroflex) não removível na cor âmbar, tipo redondo com no min. 64 leds de acordo com CTB Art. 29, Inc. VIII e Res. CONTRAN N. 268/08 Art. 3 e 4. Garantia mínima de (12) doze meses para veículo e implemento, incluindo todas as revisões que se fizerem necessárias durante o período da garantia por conta do fornecedor e de acordo com especificações contidas no Termo de Referência.

De plano ressalta-se que o edital em comento é praticamente cópia fiel de outros instrumentos que estão sendo apresentados pelos entes públicos, o que causa grande preocupação.

Assim, cabe-nos alertar sobre a forma como estão sendo conduzidas as licitações, sendo de fácil comprovação que o processo de escolha fere o princípio da isonomia e coloca em risco o princípio da transparência.

Ao impor requisitos excessivos e desnecessários, o edital limitou claramente a competição, afastando-se do objetivo maior do pregão que é assegurar a participação do maior número possível de participantes, acirrando a competição, o que permitiria a obtenção de um melhor preço.

Também há afronta aos princípios constitucionais da **isonomia** e da **igualdade**, insertos no art. 5º da Lei 14.133/21, princípios estes que regem os processos licitatórios e devem ser observados primordialmente.

Acompanhado do o princípio da **razoabilidade**, esse onde deve ser concentrado os esforços do ente público acompanhado dos licitantes, a fim de proporcionar uma concorrência justa e eficaz.





NOSSA FORÇA NA SUA OBRA

Processo N°:	2281/24
Rubrica:	e
Fls:	05

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da **legalidade**, da **impessoalidade**, da **moralidade**, da **publicidade**, da **eficiência**, do **interesse público**, da **probidade administrativa**, da **igualdade**, do **planejamento**, da **transparência**, da **eficácia**, da **segregação de funções**, da **motivação**, da **vinculação ao edital**, do **julgamento objetivo**, da **segurança jurídica**, da **razoabilidade**, da **competitividade**, da **proporcionalidade**, da **celeridade**, da **economicidade** e do **desenvolvimento nacional sustentável**, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro) (Grifamos)

Ressaltamos que a impugnante adquiriu as licenças de construção e operação da marca Randon, atualmente MÜLLER, para equipamentos da construção civil, com projeto em execução há mais de 10 anos, consolidado com as mais modernas técnicas de engenharia e soluções em máquinas fora de estrada.

Não se trata, portanto, de uma adaptação, mas sim de um projeto que contempla motor, câmbio, sistemas hidráulicos, todos dimensionados para aquele equipamento, com desenvolvimento do motor nos termos exigidos pelo fabricante do equipamento.

Assim, a garantia de funcionalidade e de excelente desempenho restam asseguradas pela empresa, bem como a reposição de peças e garantia.

A respectiva impugnação, faz jus à exigência de um equipamento com motor de **mesmo fabricante**, porém já há entendimento que essa delimitação de especificação de componente, é restritiva para o procedimento licitatório.

Concentra-se em uma falta de prudência, exigir que a ampla maioria das licitantes tenham uma especificação exata para um componente do objeto, baseando no princípio do interesse público e proposta mais vantajosa, quando essa delimitação exclui uma série de empresas de participarem do processo licitatório.

Diga-se, ainda, que não pode ser utilizado como justificativa a garantia de peças de reposição, uma vez que os motores que equipam as máquinas disponíveis no mercado não são provenientes de 'empresas amadoras', mas sim, fabricados por empresas renomadas, como por exemplo: Cummins; Perkins, com ampla rede de assistência técnica e tradição de décadas no fornecimento de trens de força para diversos equipamentos.

Por conta disto, percebe-se a falta de análise crítica por parte do ente público, quando ainda exige tal especialidade, de se ter um motor em sua máquina do motor do mesmo fabricante, depois de se ter visualizado, que as próprias concorrentes que participam dos processos licitatórios com motor de mesmo fabricante,





NOSSA FORÇA NA SUA OBRA

Processo Nº:	2281/24
Rubrica:	e
Fls:	06

**algumas não fabricam propriamente os motores**, somente possuem, uma **joint venture**, uma parceria entre empresas, um grupo econômico.

Note-se, ainda, que as poucas empresas que utilizavam deste artimanha para engessar o processo licitatório acabaram por desfazer a **joint venture**, como a que permitia que a FPT Industrial fosse a fabricante dos motores da empresa **NEW HOLLAND**, onde ambas compunham o mesmo grupo industrial.

Montado no equipamento da marca CNH, afirmando se tratar de 'motor da mesma marca do fabricante do equipamento', essa informação pode ser verificada no Boletim de Marketing disponibilizado pela New Holland, anexado ao documento.

Restando incontroverso que **a empresa New Holland NÃO POSSUI MAIS a autonomia de ofertar um MOTOR DA MESMA MARCA DO FABRICANTE**, ocasionando deste modo na diminuição de participantes no presente certame, por conta de uma especificação restritiva.

O Ente Público entende que, ao possuir uma retroescavadeira com a fabricação completa pelo próprio fabricante, é possível se ter uma "maior harmonia" e traz para negócio uma "maior segurança", ao atrair a responsabilidade do motor, para o próprio fabricante.

No entanto, estas presunções tidas pelo ente público, não impedem que ocorra problemas relativos aos componentes, de modo que não servem como sinônimo de qualidade, apenas servem para poder responsabilizar a mesma fabricante da máquina, pelo transtorno no motor.

E ao mencionarmos responsabilização, é necessário salientar que ambas empresas **MÜLLER e PERKINS** atendem com uma única responsabilidade, a Müller tem o total interesse em proporcionar o melhor equipamento em plenas funcionalidades, conjuntamente com a Perkins, onde sua especialização em motores é efetivamente sinônimo de qualidade e validade no mercado, seu interesse em continuar entre as melhores, proporciona um atendimento e serviço de excelência.

Analisando de uma perspectiva ampla, uma assistência técnica especializada **APENAS NO MOTOR** da retroescavadeira, com a **MESMA GARANTIA**, de 12 meses, faz com que o ente público esteja amparado com uma **maior qualificação**, recebendo suporte aos mínimos detalhes provenientes de manutenção ou reparo do motor, proporcionando uma atenção redobrada para o principal componente do equipamento, o motor.

Compete a empresa **MÜLLER INDÚSTRIA DE MÁQUINAS DE CONSTRUÇÃO LTDA.** informar juntamente à respectiva impugnação que além da garantia da retroescavadeira de fabricação própria, o motor Perkins possui garantia de 12 meses, onde a qualquer momento ao contatar uma assistência técnica da MÜLLER, a mesma informará sua autorizada Perkins, para executar a garantia.



NOSSA FORÇA NA SUA OBRA

Processo Nº:	2281/24
Rubrica	e
Fls:	07

É de extrema importância não deixar dúvidas ao município em relação às supostas manutenções que possam vir ocorrer no motor, mesmo o motor sendo de um fabricante diferente do vendedor, a empresa assume a obrigação de estar sempre prestando serviço técnico, e com o motor não é diferente.

A partir do momento que o cliente necessita de alguma manutenção no motor, o contato é feito diretamente com a empresa de assistência técnica da máquina, então após este contato, é enviado um técnico autorizado dos motores Cummins ou Perkins, **em nenhum momento a responsabilidade se divide ou as empresas (fabricante da máquina e fabricante do motor) se eximem uma da outra**, são trabalhos em conjunto para proporcionar as soluções mais eficazes possível.

Assumindo, não há empecilho quando falamos de assistência técnica do motor, o Município de Nova Frutburgo é obrigado a motivar a respectiva especificação disposta no edital, é dever do ente público justificar preciosismo técnico tão rigoroso, a ponto de prejudicarem injustificadamente empresas sérias que estão a mais de 10 anos no mercado de vendas destes maquinários.

Apontar como **“justificativa”**, a preferência por um **“projeto do motor dedicado à máquina”**, esbarra em diversos fatores que impedem que essa preferência seja seguida estritamente conforme requisitado no edital.

Podemos levar em consideração como por exemplo a fabricante Caterpillar, que possui seu motor da própria marca Caterpillar, ocorre que a denominação “motor da mesma marca do fabricante”, não presume, ou exige que os motores SEJAM MONTADOS PELO FABRICANTE da retroescavadeira, de modo geral, as máquinas da Caterpillar são montadas com **motores Perkins** o mesmo tipo de motor utilizado pela Müller

Todavia A Perkins Engines Company Limited é uma subsidiária da Caterpillar Inc., deste modo é possível dizer que os seus motores são da mesma marca do fabricante, porém não possuem diferença para os demais motores fornecidos para as diversas empresas fabricantes, que a Perkins tem parceria.





NOSSA FORÇA NA SUA OBRA

Processo N°	2281/24
Rubrica	e
Fls.	08

# Perkins

## SOBRE A PERKINS

Com um histórico que remonta a 1932, a Perkins é um dos principais fornecedores de motores a gás e diesel do mundo, fornecendo a linha mais abrangente de soluções de potência inovadoras e confiáveis, personalizadas para atender aos requisitos precisos dos nossos clientes.

A Perkins Engines Company Limited é uma subsidiária da Caterpillar Inc. e possui fábricas e escritórios no Brasil, na China, na Índia, no Japão, em Singapura, no Reino Unido e nos Estados Unidos.

Imagem retirada do site oficial da empresa Caterpillar (<https://www.caterpillar.com/pt/brands/perkins.html>)

A exigência acaba por ser taxativa e injusta, ao aceitar fabricantes em grupos econômicos junto com montadoras de motores, sob a explicativa de que necessitam de um **“projeto do motor dedicado à máquina”**, sendo que as mesmas não fabricam propriamente seus motores, apenas possuem a licença da marca.

A exigência, portanto, de motor do mesmo fabricante acaba por esbarrar na total falta de critério técnico, confirmada pela ausência de rigor do edital quanto os demais itens da máquina.

Neste sentido, importante destacar o que consta na Nota Técnica do Centro de Apoio Operacional da Moralidade Administrativa (CMA) e do grupo especial anticorrupção (GEAC) 2/2017, do Ministério Público de Santa Catarina, que orienta aos promotores de justiça com atuação na área de Moralidade Administrativa no sentido de que, **PARA A COMPRA DE MÁQUINAS PESADAS**, deve estar descrito no objeto do edital **SOMENTE AS CARACTERÍSTICAS BÁSICAS** do equipamento.

A orientação decorre justamente de exigências como a contida neste edital e que merecem ser investigadas haja vista a vasta padronização de editais em **variadas prefeituras**.

Neste sentido pede-se vênia para trazer a colação trecho do parecer relativo a Representação RP 03732520191 na apreciação do TCU – Tribunal de Contas da União.

26. A presente representação derivou de exigências, no termo de referência relativo ao Pregão Presencial 10/2019, para aquisição de pá carregadeira, que este equipamento disponha de vão-livre do solo mínimo de 420 mm e de **‘motor próprio do fabricante’** (peça



NOSSA FORÇA NA SUA OBRA

2, p. 21), **sem respaldo em elementos técnicos ou de desempenho operacional, incorrendo em restrição à competitividade da licitação, impedindo a participação de um maior número de licitantes no mencionado certame.**

27. A esse respeito, tem-se que, no planejamento de suas aquisições de equipamentos, a Administração deve identificar um conjunto representativo dos diversos modelos existentes no mercado que atendam completamente suas necessidades antes de elaborar as especificações técnicas e a cotação de preços, **de modo a caracterizar a realização de ampla pesquisa de mercado e EVITAR O DIRECIONAMENTO DO CERTAME PARA MODELO ESPECÍFICO PELA INSERÇÃO NO EDITAL DE CARACTERÍSTICAS ATÍPICAS.** Nesse sentido leciona o Acórdão 2.383/2014-TCU-Plenário. Essa não foi a realidade do certame.

32. É certo que qualquer condição incluída na especificação do objeto restringe o rol de potenciais participantes do certame. Quando essa condição é comprovadamente desnecessária ao interesse público, ela é vedada, pois vai restringir o caráter competitivo do certame e prejudicar a satisfação do princípio da proposta mais vantajosa. [...].

Valendo lembrar que para iniciar um procedimento licitatório, é necessário, para o procedimento licitatório a pesquisa direta com pelo menos 3 (três) fornecedores, conforme dispõe a Nova Lei de Licitações 14.133/21 em seu artigo 23, inciso IV.

Analisando a Escada Pontiana desenvolvida por Hans Kelsen e difundida no Brasil pelo jurista Pontes de Miranda, nessa teoria o mundo jurídico divide-se em três planos: existência, validade e eficácia.

**Este cenário impede que a validade**, requisito obrigatório para o negócio jurídico produzir efeitos, **não seja possível de se estabelecer**, uma vez que a capacidade de executar o negócio, não seria alcançada pelas partes, **ao ser exigido das empresas, recursos que nenhuma poderia oferecer por COMPLETO.**

Passando a ser o atual procedimento, **NULO**, uma vez que o conjunto de todas empresas orçadas e empresas participantes, não podem encarregar-se de executar as exigências do edital, por conta de estarem sendo restritivas a ampla participação.

## 2. CONSIDERAÇÕES FINAIS





NOSSA FORÇA NA SUA OBRA

Processo Nº:	2281/24
Rubrica:	e Fls: 10

O Objeto do edital é responsável para definir os parâmetros básicos de referência, para que a ampla maioria das empresas fornecedoras do respectivo produto possam participar, possibilitando no real intuito do procedimento licitatório, uma justa concorrência de preços.

Ao impor requisitos excessivos e desnecessários, o edital limitou claramente a competição, afastando-se do objetivo maior do pregão que é assegurar a participação do maior número possível de participantes, acirrando a competição, o que permitiria a obtenção de um melhor preço.

Sabe-se que todo Órgão Público é obrigado por Lei a proceder estudos pormenorizados dos quantitativos e especificações dos bens e serviços exigidos, apresentando as devidas justificativas no processo licitatório, sob pena de violação os princípios licitatórios.

Sobre a fixação de exigências restritivas, o Tribunal de Contas da União também já se manifestou, determinando a suspensão do certame, em razão da ausência de justificativas técnicas que direcionavam a licitação para determinado fabricante por conta de especificações:

*ACÓRDÃO Nº 2387/2013 – TCU – Plenário SUMÁRIO: REPRESENTAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO COM INDÍCIOS DE DIRECIONAMENTO DAS ESPECIFICAÇÕES PARA MODELOS DE DETERMINADO FABRICANTE DE CULTIVADORES MOTORIZADOS. ADOÇÃO DE MEDIDA CAUTELAR DE SUSPENSÃO DO CERTAME. OITIVAS. ALEGAÇÃO DE QUE A ESPECIFICAÇÃO CONSTOU DO PLANO DE TRABALHO DE CONVÊNIO. AUSÊNCIA DE JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS PARA A ESPECIFICAÇÃO DIRECIONADA. FIXAÇÃO DE PRAZO PARA ANULAÇÃO DO CERTAME. CIÊNCIA AO CONCEDENTE ACERCA DAS MEDIDAS CORRETIVAS NECESSÁRIAS À CONTRATAÇÃO PRETENDIDA E AOS DEMAIS INTERESSADOS. ARQUIVAMENTO.*

Todas as exigências no edital devem vir munidas pela razoabilidade devida. Sobre o tema, a doutrina pr<sup>o</sup> situa: *A razoabilidade é o 'bom senso' da administração e a proporcionalidade a compatibilidade entre o fim que se quer alcançar e o ato a ser utilizado.*<sup>1</sup>

Essa tratativa principiológica consiste em evitar **restrições, abusos ou excessos**, de modo a ligar as ações meio e fins sem que haja discrepâncias muito grandes de um ponto a outro, evidenciando que os princípios infraconstitucionais aplicáveis ao âmbito Administrativo, devem estar pautados de forma ponderada a fim de coibir excessos, cada qual de acordo com a análise do caso concreto.

A proporcionalidade e o bom-senso deveriam prevalecer, entretantes, exsurge claro que esta Administração furtou o caráter competitivo do certame ao exigir, sem qualquer justificativa técnica, que o objeto ora licitado possua características conjugadas presentes somente em um equipamento, ou seja, outros

<sup>1</sup> SCATOLINO, Gustavo; TRINDADE, João. Manual de direito administrativo. 4. ed. rev., ampl. e atual. Salvador: Juspodivm, 2016. p. 72



NOSSA FORÇA NA SUA OBRA

Processo N°:	2287/24
Rubrica:	@
Fls:	11

equipamentos similares da mesma categoria existente no mercado nacional estão ilegalmente impossibilitados de participar deste questionável certame.

Assim, em razão do exposto, visando evitar maiores questionamentos, é que se apresenta a presente impugnação, na certeza de que serão sanados os vícios ora apontados.

### 3. DOS PEDIDOS

Conforme os argumentos acima expostos, requer a Vossa Senhoria receba a presente impugnação, dando-lhe provimento, ou conforme julgamento diverso, parcial provimento.

Isso posto, **requer a Vossa Senhoria**, para fins de retificação das exigências do Edital 90009/2024 conforme destacado acima, retirando a exigência de “motor da **mesma marca do fabricante.**”

A manutenção do respectivo requisito resultará no dobro do aumento na quantidade de concorrentes, proporcionando uma ampla variedade de escolha, assim, a alteração no Edital 90009/2024 adequará o pleito a realidade de mercado, fulcro no princípio da isonomia e da busca pela proposta mais vantajosa ao ente público.

**Convém ressaltar que o procedimento do pregão está sujeito à análise de sua regularidade e legalidade pelos Poderes Fiscalizadores, sendo certo que a Recorrente adotará os mecanismos judiciais para a defesa de seus direitos e do próprio interesse público e sobretudo, para fazer valer as regras que disciplinam as licitações.**

Nestes termos

Pede deferimento.

Nova Fraiburgo – RJ, 29 de Janeiro de 2024.

**JEFFERSON DA SILVA RECUS**  
CPF 000.598.210-35 E-mail:  
[adm vendas@mullerbrasil.com](mailto:adm vendas@mullerbrasil.com)  
FONE: (051) 3488-3488

**11.938.604/0001-08**

**Muller Indústria de Máquinas  
de Construção Ltda**

ROD RS-118 Nº 5195 KM 22 SALA 01  
BOM SUCESSO - CEP 94130390  
GRAVATAÍ - RS





Processo Nº:	2287 / 24
Rubrica:	Fls: 12

Prezados concessionários,

Dando sequência aos comunicados relativos ao processo que foi denominado Spin-Off (separação das empresas que compunham o grupo CNH Industrial em *on-highway* e *off-highway*) gostaríamos de ressaltar que:

A FPT a partir da conclusão desse processo está em um novo CNPJ, diferente da New Holland Construction. Do ponto de vista de garantia, especificações, tempo de atendimento para fornecimento dos motores ou componentes, não há qualquer alteração nos processos atuais.

No entanto, há um efeito comercial que impacta diretamente em um requisito muito utilizado nos editais de licitações: motor de mesma fabricação do branding fornecedor da máquina.

Com relação a este requisito não poderemos mais dar declarações de que a FPT e a New Holland fazem parte do mesmo grupo industrial. Estamos alterando todo nosso site e folheteria adequando esta informação e não mais associando New Holland ao fornecedor dos motores FPT.

Orientamos que o departamento jurídico dos concessionários avalie a oportunidade de impugnar qualquer edital neste sentido (obrigatoriedade do mesmo fabricante).

**A Brand of CNH Industrial**



**NOSSO VALOR É VOCÊ.**

# BOLETIM DE MARKETING



Caso ainda tenham alguma dúvida que precisa ser esclarecida a CNH Industrial criou dois canais de comunicação onde vocês podem entrar em contato, sendo eles:

Processo N°:	2281 / 24
Rubrica:	e
Fls:	13

Telefone: + 55 (31) 3349-2087

E-mail: [cnhspinoff@atento.com.br](mailto:cnhspinoff@atento.com.br)

Atenciosamente,

Rafael L. Ricciardi

Gerente de Marketing do Produto

Contagem/MG, 1 de fevereiro de 2022

A Brand of CNH Industrial



NOSSO VALOR É VOCÊ.





Ministério da Economia  
Secretaria de Governo Digital  
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração  
Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

Processo Nº: 2287/24  
Rubrica: e Fls: 14

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF) 43206632822  
Código da Natureza Jurídica 2062  
Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Nome: MULLER INDUSTRIA DE MAQUINAS DE CONSTRUCAO LTDA

(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP



RSP2100892553

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	002			ALTERACAO
		051	1	CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO
		2211	1	ALTERACAO DE ENDEREÇO DENTRO DO MESMO MUNICIPIO
		2247	1	ALTERACAO DE CAPITAL SOCIAL

GRAVATAI

Local

10 Dezembro 2021

Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Telefone de Contato: \_\_\_\_\_

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

Processo em Ordem  
À decisão

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Data

\_\_\_\_\_  
Responsável

☐ NÃO \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Data Responsável

☐ NÃO \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Data Responsável

DECISÃO SINGULAR

- ☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)  
☐ Processo deferido. Publique-se e arquite-se.  
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência



\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Data

\_\_\_\_\_  
Responsável

DECISÃO COLEGIADA

- ☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)  
☐ Processo deferido. Publique-se e arquite-se.  
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência



\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Data

Vogal

Vogal

Vogal

Presidente da \_\_\_\_\_ Turma

OBSERVAÇÕES



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul  
Certifico registro sob o nº 8037222 em 06/01/2022 da Empresa MULLER INDUSTRIA DE MAQUINAS DE CONSTRUCAO LTDA, CNPJ 11938604000108 e protocolo 214399842 - 15/12/2021. Autenticação: 2556D51C5749847998B1B997A1CACA69E63FAF1. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 21/439.984-2 e o código de segurança Fwoc Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 06/01/2022 por Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral.




# JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL

Registro Digital

Processo Nº: 2287/24  
Rubrica: 15 Fls: 15

## Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/439.984-2	RSP2100892553	10/12/2021

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
000.598.210-35	JEFFERSON DA SILVA RECUS	15/12/2021
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br 		
Selo Ouro - Certificado Digital		



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 8037222 em 06/01/2022 da Empresa MULLER INDUSTRIA DE MAQUINAS DE CONSTRUCAO LTDA, CNPJ 11938604000108 e protocolo 214399842 - 15/12/2021. Autenticação: 2556D51C5749847998B1B997A1CACA69E63FAF1. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 21/439.984-2 e o código de segurança Fwoc Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 06/01/2022 por Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral.



## MULLER INDÚSTRIA DE MÁQUINAS DE CONSTRUÇÃO LTDA

CNPJ nº 11.938.604/0001-08

NIRE 43206632822

### ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 06 E CONSOLIDAÇÃO SOCIAL

**ROMAC TÉCNICA DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 91.595.678/0001-10, registrada na Junta Comercial Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul sob NIRE 43201313885, com sede na cidade de Gravataí/RS, na Rod. RS 118 nº 5195, KM 22, bairro Bom Sucesso, CEP 94.130-390, neste ato representada por seu sócio - administrador Sr. **JEFFERSON DA SILVA RECUS**, brasileiro, nascido no dia 04/12/1983, casado sob regime parcial de bens, empresário, residente e domiciliado na Rua Tupinambá, n.º 72, Condomínio Alphaville, bairro São Vicente, Gravataí/RS – CEP 94155-424, portador da cédula de identidade n.º 8068254393, emitida em 11/01/2002, expedida pela SJS/II/RS, e inscrito no CPF sob n.º 000.598.210-35, sócia componente da firma que gira sob o nome empresarial de “**MULLER INDÚSTRIA DE MÁQUINAS DE CONSTRUÇÃO LTDA**”, com sede localizada na Rodovia RS 118, n.º 5195, KM 22 sala 01, bairro Bom Sucesso, Gravataí/RS, CEP 94130-390, inscrita no CNPJ sob n.º 11.938.604/0001-08, com seu contrato social arquivado nesta Junta Comercial Industrial e Serviços do Estado do Rio Grande do Sul sob n.º 43206632822 em 11/05/2010, resolvendo de comum acordo alterá-lo e consolidá-lo nas seguintes condições:

#### PRIMEIRA

Que a sede passa a ser na Rodovia RS 118, n.º 5195, KM 22 Prédio I, bairro Bom Sucesso, em Gravataí/RS – CEP 94.130-390. Fórum de Gravataí/RS.

Parágrafo único: A sociedade pode a qualquer tempo, abrir filiais e outros estabelecimentos, no país ou fora dele, por ato de sua administração.

#### SEGUNDA

Que o capital social de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) é aumentado nessa data para **R\$ 6.000.000,00** (seis milhões de reais), dividido em 6.000.000 quotas no valor nominal R\$ 1,00 (um real) cada, em decorrência das integralizações abaixo:

⇒ A sócia ROMAC TÉCNICA DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA integraliza neste ato o valor de 5.950.000,00 (cinco milhões novecentos e cinquenta mil reais) através da absorção do saldo mantido no passivo não circulante da presente sociedade, no grupo de contas a pagar, conta contábil “2.2.1.04.00228”.

Parágrafo único: Em decorrência da alteração disposta no caput o capital social passa a ter a seguinte formatação:

Sócio	Quotas	Valor Unitário (R\$)	Valor Total
ROMAC TÉCNICA DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA	6.000.000	1,00	6.000.000,00
<b>Total</b>	6.000.000		6.000.000,00



### TERCEIRA

Que decide consolidar o Contrato Social de acordo com as alterações aqui deliberadas, nos exatos termos que seguem, subscrevendo abaixo.

## CONTRATO SOCIAL DE SOCIEDADE LIMITADA UNIPESSOAL

### PRIMEIRA

Que a sociedade gira sob o nome empresarial de "MULLER INDÚSTRIA DE MÁQUINAS DE CONSTRUÇÃO LTDA."

### SEGUNDA

Que a sede é na Rodovia RS 118, n.º 5195, KM 22 Prédio I, bairro Bom Sucesso, em Gravataí/RS – CEP 94.130-390. Fórum de Gravataí/RS.

Parágrafo único: A sociedade pode a qualquer tempo, abrir filiais e outros estabelecimentos, no país ou fora dele, por ato de sua administração.

### TERCEIRA

Que a sociedade tem por objeto Indústria de máquinas e equipamentos, peças e acessórios para o uso em terraplanagem, pavimentação, construção, agricultura, pecuária e florestal. Comércio atacadista, varejista e representação comercial de máquinas e equipamentos, peças e acessórios.

### QUARTA

Que o início de atividades foi em 23 de março de 2010, com tempo indeterminado de duração.

### QUINTA

Que o capital social é de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), divididos em 6.000.000 (seis milhões) de cotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente integralizado em moeda corrente nacional, distribuído conforme tabela abaixo.

Sócio	Quotas	Valor Unitário (R\$)	Valor Total
ROMAC TÉCNICA DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA	6.000.000	1,00	6.000.000,00
<b>Total</b>	<b>6.000.000</b>		<b>6.000.000,00</b>

### SEXTA

Que a sociedade é administrada pelo sócio **JEFFERSON DA SILVA RECUS**, individualmente, representando-a ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre no interesse da sociedade, ficando vedado, entretanto, o uso do nome empresarial, em negócios estranhos aos fins sociais.





#### SÉTIMA

Que a responsabilidade do sócio é restrita ao valor de suas cotas, e que o mesmo responde pela integralização do capital social.

#### OITAVA

Que falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s) o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo único: O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

#### NONA

Que fica estabelecido que a sociedade não terá conselho fiscal.

#### DÉCIMA

Que serão regidas pelas disposições do Código Civil (Lei n.º 10.406/2002), aplicáveis à matéria, tanto a retirada de sócio quanto a dissolução e a liquidação da sociedade.

#### DÉCIMA-PRIMEIRA

Que os casos omissos neste contrato serão resolvidos com observância dos preceitos do Código Civil (Lei n.º 10.406/2002) e de outros dispositivos legais aplicáveis.

#### DÉCIMA-SEGUNDA

Que ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, serão apurados o balanço patrimonial, o balanço de resultado econômico e o Inventário, de acordo com a Lei n.º 6.404/76, cabendo ao sócio, de acordo com o previsto no Art. 1.007 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, os lucros ou perdas apuradas.

Parágrafo único: Poderão ocorrer distribuições antecipadas dos lucros apurados em períodos encerrados durante o curso do exercício social.

#### DÉCIMA-TERCEIRA

Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, o sócio deliberará sobre as contas da sociedade e de outros itens constantes no artigo 1.071 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, obedecidos o disposto nos artigos 1.010 e 1.076 da lei acima citada, em "Reunião dos Sócios", convocada mediante anúncio, contra recibo, com local, data, hora e ordem do dia, observada a antecedência de oito dias, da data da realização da reunião.



#### DÉCIMA-QUARTA

Que o administrador declara, sob as penas da lei, que não esta impedido de administrar a sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

E, por estar justo e contratado, assina digitalmente o presente termo de alteração e consolidação de contrato social.

Gravataí, 01 de dezembro de 2021.

---

Romac Técnica De Máquinas E Equipamentos Ltda  
(representada por Jefferson da Silva Recus)







# JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL

Registro Digital

Processo Nº: 2281/24

Rubrica: e Fls: 20

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/439.984-2	RSP2100892553	10/12/2021

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
000.598.210-35	JEFFERSON DA SILVA RECUS	15/12/2021

Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br



Selo Ouro - Certificado Digital



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 8037222 em 06/01/2022 da Empresa MULLER INDUSTRIA DE MAQUINAS DE CONSTRUCAO LTDA, CNPJ 11938604000108 e protocolo 214399842 - 15/12/2021. Autenticação: 2556D51C5749847998B1B997A1CACA69E63FAF1. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 21/439.984-2 e o código de segurança Fwoc Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 06/01/2022 por Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral.



Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM  
Governador do Estado do Rio Grande do Sul  
Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo  
Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul


Processo Nº: 2287/24  
Rubrica: e Fls: 21

## TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL


Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa MULLER INDUSTRIA DE MAQUINAS DE CONSTRUCAO LTDA, de CNPJ 11.938.604/0001-08 e protocolado sob o número 21/439.984-2 em 15/12/2021, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 8037222, em 06/01/2022. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Maikon Andrei Martini.

Certifica o registro, o Secretário-Geral, Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves. Para sua validação, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucisrs.rs.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

### Capa de Processo

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
000.598.210-35	JEFFERSON DA SILVA RECUS	15/12/2021
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br 		
Selo Ouro - Certificado Digital		

### Documento Principal

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
000.598.210-35	JEFFERSON DA SILVA RECUS	15/12/2021
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br 		
Selo Ouro - Certificado Digital		

Data de início dos efeitos do registro (art. 36, Lei 8.934/1994): 01/12/2021



Documento assinado eletronicamente por Maikon Andrei Martini, Servidor(a) Público(a), em 06/01/2022, às 09:29.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucisrs informando o número do protocolo 21/439.984-2.



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 8037222 em 06/01/2022 da Empresa MULLER INDUSTRIA DE MAQUINAS DE CONSTRUCAO LTDA, CNPJ 11938604000108 e protocolo 214399842 - 15/12/2021. Autenticação: 2556D51C5749847998B1B997A1CACA69E63FAF1. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 21/439.984-2 e o código de segurança Fwoc Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 06/01/2022 por Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral.





JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO  
RIO GRANDE DO SUL  
Registro Digital

Processo Nº: 2281/24  
Rubrica: @ Fls: 22

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
193.107.810-68	CARLOS VICENTE BERNARDONI GONCALVES

Porto Alegre, quinta-feira, 06 de janeiro de 2022



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 8037222 em 06/01/2022 da Empresa MULLER INDUSTRIA DE MAQUINAS DE CONSTRUCAO LTDA, CNPJ 11938604000108 e protocolo 214399842 - 15/12/2021. Autenticação: 2556D51C5749847998B1B997A1CACA69E63FAF1. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 21/439.984-2 e o código de segurança Fwoc Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 06/01/2022 por Carlos, Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 11.938.604/0001-08 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 11/05/2010
NOME EMPRESARIAL MULLER INDUSTRIA DE MAQUINAS DE CONSTRUCAO LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 28.54-2-00 - Fabricação de máquinas e equipamentos para terraplenagem, pavimentação e construção, peças e acessórios, exceto tratores		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 28.29-1-99 - Fabricação de outras máquinas e equipamentos de uso geral não especificados anteriormente, peças e acessórios 28.33-0-00 - Fabricação de máquinas e equipamentos para a agricultura e pecuária, peças e acessórios, exceto para irrigação 46.61-3-00 - Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário; partes e peças 46.62-1-00 - Comércio atacadista de máquinas, equipamentos para terraplenagem, mineração e construção; partes e peças 46.63-0-00 - Comércio atacadista de Máquinas e equipamentos para uso industrial; partes e peças 46.69-9-99 - Comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente; partes e peças		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO ROD RS-118	NÚMERO 5195	COMPLEMENTO KM 22 PREDIO I
CEP 94.130-390	BAIRRO/DISTRITO BOM SUCESSO	MUNICÍPIO GRAVATAI
UF RS		
ENDEREÇO ELETRÔNICO CONTABIL@ROMAC.COM.BR		TELEFONE (51) 3488-3488
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 11/05/2010
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****





VÁLIDA EM TODO  
O TERRITÓRIO NACIONAL  
3069092812

NOME JEFFERSON DA SILVA RECUS		
DOC. IDENTIDADE/ORG EMISSOR/UF 8068254393 SJS/II RS		
CPF 000.598.210-35	DATA NASCIMENTO 04/12/1983	
FILIAÇÃO PAULO CEZAR RECUS LUCIA TERESA DA SILVA RECUS		
PERMISSÃO	ACC	CAT. HAB. B
Nº REGISTRO 02241502501	VALIDADE 10/02/2032	1ª HABILITAÇÃO 15/03/2002

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL  
PORTO ALEGRE, RS

DATA EMISSÃO  
10/02/2022

ASSINADO DIGITALMENTE  
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

15112285450  
RS254224130

RIO GRANDE DO SUL

DENATRAN

CONTRAN

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:  
< <http://www.serpro.gov.br/assinador-digital> >, opção Validar Assinatura.

SERPRO / DENATRAN

Comissão de Pregão I

**DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.009/2024**

Processo Licitatório nº: 25.210/2023


Processo de Impugnação nº: 2.281/2024

OBJETO: AQUISIÇÃO DE RETROESCAVADEIRA, para estruturação da frota municipal, objeto do Transferências Especiais, Emenda Individual do Ministério da Economia de nº 41580011/202 - Funcional Programática nº 28.845.0903.0EC2.0033, para atender as necessidades do Distrito de Riograndina.

IMPUGNANTE: MÜLLER INDÚSTRIA DE MÁQUINAS DE CONSTRUÇÃO LTDA

01. Trata-se de IMPUGNAÇÃO interposta pela empresa MÜLLER INDÚSTRIA DE MÁQUINAS DE CONSTRUÇÃO LTDA, com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, tempestivamente, contra os termos do Edital Pregão Eletrônico n.º 90.009/2024.

02. Em tempo, informamos que este Pregoeiro e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria nº 016, de 05 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 06 de janeiro de 2022, que cria a Comissão de Pregão I, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.

03. Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Impugnação Administrativa, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Impugnação. 

**I. DAS PRELIMINARES**

04. Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento à impugnação, reconsideração das exigências e tempestividade, e interesse processual, conforme comprovam os documentos



Comissão de Pregão I  
colacionados ao Processo de impugnação já identificado, pelo que se passa à análise de sua alegação.

## II. DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE

05. A respectiva impugnação, faz jus à exigência de um equipamento com motor de mesmo fabricante, porém já há entendimento que essa delimitação de especificação de componente, é restritiva para o procedimento licitatório. A empresa alega que ao impor requisitos excessivos e desnecessários, o edital limitou claramente a competição, afastando-se do objetivo maior do pregão que é assegurar a participação do maior número possível de participantes, acirrando a competição, o que permitiria a obtenção de um melhor preço.

## III. DOS PEDIDOS DA IMPUGNANTE

06. Em face do exposto, requer:

Conforme os argumentos acima expostos, requer a Vossa Senhoria receba a presente impugnação, dando-lhe provimento, ou conforme julgamento diverso, parcial provimento.

Isso posto, requer a Vossa Senhoria, para fins de retificação das exigências do Edital 90009/2024 conforme destacado acima, retirando a exigência de "motor da mesma marca do fabricante."

A manutenção do respectivo requisito resultará no dobro do aumento na quantidade de concorrentes, proporcionando uma ampla variedade de escolha, assim, a alteração no Edital 90009/2024 adequará o pleito a realidade de mercado, fulcro no princípio da isonomia e da busca pela proposta mais vantajosa ao ente público.

Convém ressaltar que o procedimento do pregão está sujeito à análise de sua regularidade e legalidade pelos Poderes Fiscalizadores, sendo certo que a Recorrente adotará os mecanismos judiciais para a defesa de seus direitos e do próprio interesse público e

sobretudo, para fazer valer as regras que disciplinam as licitações.


Comissão de Pregão I

#### IV. DO MÉRITO

07 - Ante o exposto, submeto as razões da impugnante aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, além de pronunciamentos de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto licitado, e após análise, o processo seja encaminhado à Procuradoria Geral do Município.

Informo que a licitação em tela se encontra marcada para o dia 06 de fevereiro de 2024 e, caso necessário, será suspensa Sine die, para melhor análise da impugnação interposta.

Nova Friburgo, 30 de janeiro de 2024.

  
**LEONARDO GABRIG PEIXOTO**  
Pregoeiro- Comissão de Pregão I  
Matricula: 206.934





**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

SECRETARIA DE  
INFRAESTRUTURA  
E LOGÍSTICA

PROCESSO: 2281/24

RUBRICA: 4 FOLHA: 27

Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados

*Nova Friburgo, 31 de janeiro de 2024*

Para: Procuradoria

Prezados Senhores,

Cumprimentando-o cordialmente, trata-se de pedido de impugnação impetrado pela empresa MÜLLER INDUSTRIA DE MAQUINAS DE CONSTRUÇÃO LTDA., em relação ao edital 90009/24, cujo o objeto objetiva-se a aquisição de uma RETROESCAVADEIRA.

1. A empresa recorrente questiona em sua fundamentação em síntese, que a exigência para que o motor seja da mesma marca da fabricante do chassi, incorre em afronta ao princípio da isonomia, bem como ao princípio da ampla concorrência e ainda afirma que:

"O objeto do edital 'é responsável para definir os parâmetros básicos de referência, para que a ampla maioria das empresas fornecedoras do respectivo produto possam participar, possibilitando no real intuito procedimento licitatório, uma justa concorrência de preços.

Ao impor requisitos excessivos e desnecessários, o edital limitou claramente a competição, afastando-se do objetivo maior do pregão que é assegurar a participação do maior número possível de participantes, acirrando a competição, o que permitiria a obtenção de um **melhor preço**" (grifo nosso)

Pois bem, nem sempre, a aquisição através do critério de **menor** preço em detrimento do **melhor** preço, trará eficiência e vantajosidade nas compras públicas, podendo resultar em



**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E  
I N F R A E S T R U T U R A  
E L O G Í S T I C A

PROCESSO: 2281/24

RUBRICA:  FOLHA: 28

Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados

*Nova Friburgo, 31 de janeiro de 2024*

Para: Procuradoria

Prezados Senhores,

Cumprimentando-o cordialmente, trata-se de pedido de impugnação impetrado pela empresa MÜLLER INDUSTRIA DE MAQUINAS DE CONSTRUÇÃO LTDA., em relação ao edital 90009/24, cujo o objeto objetiva-se a aquisição de uma RETROESCAVADEIRA.

1. A empresa recorrente questiona em sua fundamentação em síntese, que a exigência para que o motor seja da mesma marca da fabricante do chassi, incorre em afronta ao princípio da isonomia, bem como ao princípio da ampla concorrência e ainda afirma que:

"O objeto do edital 'é responsável para definir os parâmetros básicos de referência, para que a ampla maioria das empresas fornecedoras do respectivo produto possam participar, possibilitando no real intuito procedimento licitatório, uma justa concorrência de preços.

Ao impor requisitos excessivos e desnecessários, o edital limitou claramente a competição, afastando-se do objetivo maior do pregão que é assegurar a participação do maior número possível de participantes, acirrando a competição, o que permitiria a obtenção de um **melhor preço**" (grifo nosso)

Pois bem, nem sempre, a aquisição através do critério de **menor** preço em detrimento do **melhor** preço, trará eficiência e vantajosidade nas compras públicas, podendo resultar em





Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados

licitações fracassadas/desertas, aquisição de produtos de baixa qualidade, prejudicando a eficiência e a continuidade do serviço público.

Nesta mesma linha o Professor Matheus Carvalho (2015, p. 435) afirma:

“A Administração é orientada a selecionar a proposta de melhor preço que não pode ser confundido com o menor valor monetário, pois, existem hipóteses em que pagar o valor mais elevado propiciará à Administração Pública vantagens maiores. Destarte que o menor preço por si só não corresponde necessariamente a maior vantagem ao interesse público, tendo em vista ser necessária não apenas uma análise imediata, mas sim de forma a visualizar os resultados da contratação a longo prazo.” (CARVALHO, Matheus. **Manual de Direito Administrativo**. 2ª Edição. Editora Juspodvm, 2015.)

Mediante ao exposto, cabe esclarecer que os conceitos de preço e valor, são distintos. Preço é o que se paga por um produto ou serviço, à medida que o valor é tudo o que o agrega, bem como o benefício a ser proporcionado.

Nesta esteira, a administração deve adquirir o bem que melhor atenderá as suas necessidades, dentro dos limites da legalidade, buscando sempre uma melhor gestão dos recursos públicos.

A presente licitação, trata-se de objeto com valor de alto custo para a municipalidade, fazendo com que a gestão municipal se cerque de cuidados para que se evite adquirir um bem de má qualidade, ou que possa vir apresentar algum tipo de anomalia que inviabilize o seu uso após o término do período da garantia, ou seja, é importante que se adquira um bem, em que a administração municipal, possa contar com ampla rede de venda de peças de reposição, evitando assim o seu sucateamento e elevando o custo de manutenção da frota, ou inviabilizando o seu uso, devido a falta de soluções disponíveis no mercado para a sua manutenção, e todo esse cenário é automaticamente vinculado ao conceito de melhor preço, ou de aquisição mais vantajosa.

No caso em tela, a exigência que o motor seja da mesma marca do fabricante por si só já se justifica, vez que exige que o motor do equipamento ofertado seja da mesma marca do mesmo, possibilitando assim, uma maior compatibilidade e harmonia no funcionamento do equipamento e seus componentes, lhe garantindo maior durabilidade e eficiência.



**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

SECRETARIA DE  
INFRAESTRUTURA  
E LOGÍSTICA

### Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados

A experiência do município, inclusive, a partir de informações buscadas, é de que os equipamentos construídos com a junção de peças de diversos fabricantes fazem com que os reparos e manutenção sejam maiores e mais frequentes, obrigando a sucessivas paradas do equipamento para tais concertos, diminuindo o tempo que o equipamento fica em uso contribuindo assim, para a diminuição da vida útil total do equipamento, bem como aumentando os gastos com manutenção corretiva como já dito anteriormente.







**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

SECRETARIA DE  
INFRAESTRUTURA  
E LOGÍSTICA

PROCESSO: 2281/24

RUBRICA:

FOLHA: 31

**Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados**

As imagens acima exemplificam um desses casos, onde o município fez a aquisição de uma retroescavadeira, e a mesma após apresentar sucessivas falhas, acabou sendo apontada para leilão, devido ao seu alto custo de manutenção, onde as peças, muitas delas importadas e de difícil acesso ajudaram a inviabilizar o seu reparo.

No caso em tela, é importante frisar que é o órgão quem decide qual o tipo de bem atenderá as suas necessidades de forma satisfatória, portanto o fato de a empresa não possuir equipamento com as características determinadas no edital, isso não importa em dizer que a licitação estaria restrita como quer fazer crer. Até porque, outras licitantes de renome nacional e internacional, possuem equipamento com motor da mesma marca do fabricante, dentre elas a Jhon Deere, Caterpillar, JCB, Case, Massey Ferguson, Volvo etc.

O motor da mesma marca do fabricante garante a compatibilidade desta com o restante do equipamento é evidente, tendo o mesmo sido fabricado para aquele equipamento e com aquelas características, garantindo um conjunto mais harmônico, diminuindo possíveis gastos com manutenção, prolongando assim sua vida útil, indicando maior segurança em sua operação.

Por fim, a administração não pode restringir em demasia o objeto da aquisição, sob pena de frustrar a competitividade, por outro, ela não pode definir o objeto de forma excessivamente ampla, sob pena de adquirir bem que não satisfaça suas necessidades e o interesse público.

Sendo assim, opina essa subsecretaria pelo não provimento da presente impugnação, levando em consideração as justificativas técnicas apresentadas.

Sem mais para o momento, acreditamos terem sido elucidadas todas as questões, interpostas pela impugnante, encaminhamos os autos para análise da Douta Procuradoria quanto aspectos legais, nos colocando a disposição para futuros esclarecimentos.

Atenciosamente,

Alan F. Correa  
Subsecretário de Manutenção  
de Veículos Leves e Pesados  
Mat. 105.871



**Processo: 2281/2024**

**Requerente: Müller Indústria de Máquinas de Contrução Ltda.**

**Assunto: Impugnação - Edital de Licitação - Pregão Eletrônico n. 90009 de 2024 - Processo  
Licitação n. 25.210/2023**

Ao Ilmo. Sr. Dr. Subprocurador de Processos Administrativos;

## **I - RELATÓRIO**

Trata-se de impugnação apresentada pela empresa requerente em 30/01/2024 acerca do Edital do Pregão Eletrônico n. 90009 de 2024 - Processo Licitação n. 25.210/2023, que tem por objeto licitar a melhor proposta para aquisição de retroescavadeira para estruturação da frota municipal.

Inicialmente, importante destacar que o procedimento foi recepcionado por esta assessoria jurídica em 01 de fevereiro de 2023.

Em suma, a empresa alega em sua peça de impugnação a existência de restrição no certame, tendo em vista que a especificação do objeto exige que o motor seja do mesmo fabricante, o que acarreta ofensa à competitividade da licitação, requerendo a supressão de tal exigência (fls.03/11).

A Comissão de Pregão I, em manifestação de fls. 24/26, afirmou estarem preenchidos os requisitos de admissibilidade e encaminhou o procedimento à Secretaria requisitante para pronunciamentos de ordem técnica.

Às fls. 27/31 consta a manifestação da Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados, afirmando que a exigência de que o motor seja da mesma marca do fabricante se justifica porque possibilita *“(...) uma maior compatibilidade e harmonia do funcionamento do equipamento e seus componentes, lhe garantindo maior durabilidade e eficiência”*, bem como que, pela experiência do Município, os equipamentos construídos com a junção de peças de diversos fabricantes faz com que os reparos e manutenções sejam mais frequentes, *“(...) ”*





*diminuindo o tempo que o equipamentos fica em uso contribuindo assim, para a diminuição da vida útil total do equipamento, bem como aumentar os gastos com manutenção corretiva”.*

Afirma, ainda, que “outras licitantes de renome nacional e internacional, possuem equipamento com motor da mesma marca do fabricante, dentre elas a Jhon Deere, Caterpillar, JCB, Case, Massey Ferguson, Volvo etc.”.

Por fim, ratifica que “O motor da mesma marca do fabricante garante a compatibilidade desta com o restante do equipamento (...) garantindo um conjunto mais harmônico, diminuindo possíveis gastos com manutenção, prolongando assim sua vida útil, indicando maior segurança em sua operação”, pugnando pelo não provimento da impugnação, levando em consideração as justificativas técnicas apresentadas.

É o relatório.

## II - DO MÉRITO

Preliminarmente, verifica-se que a impugnação apresentada em 30/01/2024 é tempestiva, em conformidade com o art. 164, parágrafo único da Lei n. 14.133/2021, tendo em vista que a realização do Pregão está marcada para 06/02/2024.

No mérito, passa-se às seguintes considerações.

Pois bem. Conforme disposição legal, cabe ao Pregoeiro a análise e decisão das impugnações, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, além de pronunciamentos de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto licitado.

Nesse sentido dispõe o art. 16 da IN n. 73/2022:



*Art. 16. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública, por meio eletrônico, na forma prevista no edital de licitação.*

*§ 1º O agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, responderá aos pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação no prazo de até três dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos.*

*§ 2º A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo agente de contratação ou pela comissão de contratação, quando o substituir, nos autos do processo de licitação.*

*§ 3º Acolhida a impugnação contra o edital de licitação, será definida e publicada nova data para realização do certame, observados os prazos fixados no art. 17.*

*§ 4º As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas em sítio eletrônico oficial do órgão ou da entidade promotora da licitação e no sistema, dentro do prazo estabelecido no § 1º, e vincularão os participantes e a Administração.*

Verifica-se que a Comissão de Pregão I recebeu a impugnação, eis que preenchidos os requisitos de admissibilidade, encaminhando os autos à Subsecretaria Municipal de Veículos Leves e Pesados para pronunciamento de ordem técnica.

Como sabido, as especificações técnicas contidas no processo licitatório, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos, escolha da modalidade licitatória, critério de julgamento e pesquisa de mercado são de inteira responsabilidade da secretaria requisitante, eis que detém o conhecimento técnico necessário para definir as exigências essenciais ao objeto licitado, bastando que esteja dentro da legalidade.

Por se tratar de matéria estritamente técnica referente ao objeto a ser licitado, cabe à Subsecretaria Municipal de Veículos Leves e Pesados a análise, que é a secretaria requisitante, considerando que a Procuradoria não possui expertise sobre a matéria, não podendo opinar sobre qualquer questão técnica referente ao objeto do certame, mas tão somente sobre os aspectos jurídico-legais impugnados.

Pois bem. De acordo com o entendimento do TCU<sup>1</sup>, não se admite, de modo geral, licitação com especificação de marca de produto, a não ser que tal exigência encontre-se técnica e juridicamente justificada.

<sup>1</sup> Acórdão 1008/2011-Plenário.





Para o E. Órgão de Controle Externo da União<sup>2</sup>, a licitação não tem por objetivo, necessariamente, a escolha do produto ou do serviço de melhor qualidade disponibilizado no mercado, somente sendo admissível a indicação ou a preferência por marca se restar comprovado que a escolha é a mais vantajosa e a única que atende às necessidades da Administração.

Na forma do enunciado do Acórdão 113/2016-Plenário<sup>3</sup>, “A indicação de marca no edital deve estar amparada em razões de ordem técnica, de forma motivada e documentada, que demonstrem ser aquela marca específica a única capaz de satisfazer o interesse público.”.

Portanto, conclui-se que a jurisprudência do Tribunal de Contas da União admite a exigência de indicação de marca, desde que haja justificativa técnica fundamentada.

Neste ponto, verifica-se que a Subsecretaria Municipal de Veículos Leves e Pesados, às fls. 27/31, justificou a exigência de que o motor seja da mesma marca do fabricante, alegando, dentre outros fundamentos, a compatibilidade no funcionamento do equipamento e seus componentes, o que garante maior durabilidade e eficiência, a economia com os gastos de manutenção e, ainda, a existência de outras licitantes que “possuem equipamento com motor da mesma marca do fabricante, dentre elas a Jhon Deere, Caterpillar, JCB, Case, Massey Ferguson, Volvo etc.”, conforme narrado no relatório.

Salvo melhor juízo, de acordo com a descrição do objeto, verifica-se que a Secretaria não indicou uma marca, mas sim exigiu que o motor da retroescavadeira seja da mesma marca do fabricante, justificando, para tanto, os fundamentos de ordem técnica e econômica narrados às fls. 27/31.

Ademais, afirma a Subsecretaria que existem diversas licitantes no mercado que possuem o equipamento com motor da mesma marca do fabricante, o que, s.m.j., afasta a alegação de restrição à competitividade.

<sup>2</sup> Acórdão 559/2017-Plenário.

<sup>3</sup> [https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/documento/jurisprudencia-selecionada/\\*/KEY:JURISPRUDENCIA-SELECIONADA-432/score%20desc,%20COLEGIADO%20asc,%20ANOACORDAO%20desc,%20NUMACORDAO%20desc/0/sinonimos%3Dtrue](https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/documento/jurisprudencia-selecionada/*/KEY:JURISPRUDENCIA-SELECIONADA-432/score%20desc,%20COLEGIADO%20asc,%20ANOACORDAO%20desc,%20NUMACORDAO%20desc/0/sinonimos%3Dtrue)



Este entendimento, s.m.j., encontra guarida na jurisprudência do TCU, conforme Acórdão 2829/2015-TCU-Plenário<sup>4</sup>, cujo enunciado se transcreve abaixo:

*"No planejamento de suas aquisições de equipamentos, a Administração deve identificar um conjunto representativo dos diversos modelos existentes no mercado que atendam completamente suas necessidades antes de elaborar as especificações técnicas e a cotação de preços, de modo a caracterizar a realização de ampla pesquisa de mercado e evitar o direcionamento do certame para modelo específico pela inserção no edital de características atípicas".*

Vale transcrever ainda trecho do voto do referido Acórdão, onde o relator assim dispôs:

*(...) "a descrição do objeto de forma a atender às necessidades específicas da entidade promotora do certame não configura direcionamento da licitação, mormente quando não há no edital a indicação de marca específica e quando se verifica no mercado a existência de outros modelos que poderiam atender completamente as especificações descritas no edital". O Tribunal, endossando a proposta da relatoria, acolheu, no ponto, as justificativas apresentadas, e julgou a Representação parcialmente procedente em razão da ocorrência de outras impropriedades. Acórdão 2829/2015-Plenário, TC 019.804/2014-8, relator Ministro Bruno Dantas, 04.11.2015.*

Portanto, considerando que a Subsecretaria Municipal Veículos Leves e Pesados afirma que existem outras licitantes que *"possuem equipamento com motor da mesma marca do fabricante, dentre elas a Jhon Deere, Caterpillar, JCB, Case, Massey Ferguson, Volvo etc."*, salvo melhor juízo, não restou configurada a restrição à competitividade, já que foram citadas pelo menos 06 (seis) marcas que atendem a descrição do objeto do edital, motivo pelo qual opina-se pelo não acolhimento da impugnação.

Anote-se, por fim, que esta assessoria não dispõe de conhecimento necessário para analisar as justificativas de ordem técnica e econômica apresentadas às fls. 27/31, sendo de competência exclusiva da Secretaria requisitante.

### III - CONCLUSÃO

Pelo exposto, opina-se pela remessa dos autos à Comissão de Pregão I para ciência, manifestação e decisão final, com a adoção das providências que entender cabíveis.

Ressalta-se que o opinamento desta Procuradoria Geral, órgão com atribuição de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo Municipal, na forma do art. 206, da

<sup>4</sup><https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/documento/publicacao/019.804%252F2014-8/%2520DTRELEVANCIA%2520des%20c/0>





Lei Orgânica do Município de Nova Friburgo, Lei Municipal n. 4.637/18, restringe-se apenas à análise das questões jurídicas relacionadas ao tema sob consulta, à medida em que a análise de questões de ordem técnica ou decisões inerentes à discricionariedade do administrador público, incumbe, exclusivamente, à área técnica e à secretaria requisitante, que poderá decidir de forma diversa, desde que devidamente justificada, com fiscalização pelo órgão de controle interno.

É o parecer, meramente opinativo e não vinculativo, que se submete à apreciação superior.

Nova Friburgo, 02 de fevereiro de 2024.

Layne de Andrade Alves  
Coordenadora de Nível Superior Jurídico  
de Processos Administrativos  
Matr. 62.773

Carlos Eduardo V. N. da Veiga  
Subprocurador de Processos  
Administrativos  
Matricula 63347

Comissão de Pregão I

**DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.009/2024**

Processo Licitatório nº: 25.210/2023

Processo de Impugnação nº: 2.281/2024

OBJETO: AQUISIÇÃO DE RETROESCAVADEIRA, para estruturação da frota municipal, objeto do Transferências Especiais, Emenda Individual do Ministério da Economia de nº 41580011/202 - Funcional Programática nº 28.845.0903.0EC2.0033, para atender as necessidades do Distrito de Riograndina.

IMPUGNANTE: MÜLLER INDÚSTRIA DE MÁQUINAS DE CONSTRUÇÃO LTDA

01. Trata-se de IMPUGNAÇÃO interposta pela empresa MÜLLER INDÚSTRIA DE MÁQUINAS DE CONSTRUÇÃO LTDA, com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, tempestivamente, contra os termos do Edital Pregão Eletrônico n.º 90.009/2024. *LM*

02. Em tempo, informamos que este Pregoeiro e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria nº 016, de 05 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 06 de janeiro de 2022, que cria a Comissão de Pregão I, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.

03. Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Impugnação Administrativa, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Impugnação.

**I. DAS PRELIMINARES**

04. Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento à impugnação, reconsideração das exigências e tempestividade, e interesse processual, conforme comprovam os documentos



Comissão de Pregão I  
colacionados ao Processo de impugnação já identificado, pelo que se passa à análise de sua alegação.

## **II. DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE**

05. A respectiva impugnação, faz jus à exigência de um equipamento com motor de mesmo fabricante, porém já há entendimento que essa delimitação de especificação de componente, é restritiva para o procedimento licitatório. A empresa alega que ao impor requisitos excessivos e desnecessários, o edital limitou claramente a competição, afastando-se do objetivo maior do pregão que é assegurar a participação do maior número possível de participantes, acirrando a competição, o que permitiria a obtenção de um melhor preço.

## **III. DOS PEDIDOS DA IMPUGNANTE**

06. Em face do exposto, requer:

Conforme os argumentos acima expostos, requer a Vossa Senhoria receba a presente impugnação, dando-lhe provimento, ou conforme julgamento diverso, parcial provimento.

Isso posto, requer a Vossa Senhoria, para fins de retificação das exigências do Edital 90009/2024 conforme destacado acima, retirando a exigência de "motor da mesma marca do fabricante."

A manutenção do respectivo requisito resultará no dobro do aumento na quantidade de concorrentes, proporcionando uma ampla variedade de escolha, assim, a alteração no Edital 90009/2024 adequará o pleito a realidade de mercado, fulcro no princípio da isonomia e da busca pela proposta mais vantajosa ao ente público.

Convém ressaltar que o procedimento do pregão está sujeito à análise de sua regularidade e legalidade pelos Poderes Fiscalizadores, sendo certo que a Recorrente adotará os mecanismos judiciais para a defesa de seus direitos e do próprio interesse público e

Comissão de Pregão I

sobretudo, para fazer valer as regras que disciplinam as licitações.

IV. DO MÉRITO

07 – Conforme manifestações da Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados, responsável pela elaboração do edital e pelas manifestações de ordem técnica às fls. 27 a 31, afirmando que a exigência de que o motor seja da mesma marca do fabricante, possibilitando assim, uma maior compatibilidade e harmonia no funcionamento do equipamento e seus componentes, lhe garantindo maior durabilidade e eficiência.

Ainda acrescenta que a experiência do município, inclusive, a partir de informações buscadas, é de que os equipamentos construídos com a junção de peças de diversos fabricantes fazem com que os reparos e manutenção sejam maiores e mais frequentes, diminuindo o tempo que o equipamento fica em uso contribuindo assim, para a diminuição da vida útil total do equipamento, bem como aumentando os gastos com manutenção corretiva. Informa ainda que outras licitantes de renome nacional e internacional, possuem equipamento com motor da mesma marca do fabricante, dentre elas a Jhon Deere, Caterpillar, JCB, Case, Massey Ferguson, Volvo etc. *RM*

Às fls. 32 a 37 consta a manifestação da Procuradoria Geral do Município onde a argumentação visa corroborar com a Secretaria solicitante onde se considera as justificativas técnicas plausíveis e que as exigências visam o das necessidades da solicitante, além da compatibilidade no seu funcionamento do equipamento e eficiência, a economia com os gastos de manutenção além da existência de outros licitantes.

Diante de todo exposto não ficou comprovada a restrição de competitividade, visto que existem outras licitantes que possuem produtos que atendem ao solicitado, motivo pelo qual essa comissão entende que não cabe o acolhimento da impugnação.




Comissão de Pregão I

IV. DA DECISÃO

08. Isto posto, com fulcro Lei nº 14.133, de 2021, subsidiado pela manifestação do setor técnico requisitante (fls. 27 a 31) e pelo parecer da Procuradoria Geral do Município (fls. 32 a 37), sem nada mais evocar, CONHEÇO da Impugnação interposta pela empresa MÜLLER INDÚSTRIA DE MÁQUINAS DE CONSTRUÇÃO LTDA, no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 90.009/2024, e no mérito, NEGO PROVIMENTO.

Nova Friburgo, 05 de fevereiro de 2024.

  
**LEONARDO GABRIG PEIXOTO**  
Pregoeiro- Comissão de Pregão I  
Matricula: 206.934